

Trajelórias recentes do novo modelo agrícola no noroeste do Paraná

Trayectorias recientes del nuevo modelo agrícola en el noroeste de Paraná

Recent trajectories of new agricultural model in northwestern Paraná

Fernanda Perdigão da Fonseca Toniol
ferperdigao@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, PR

Elpídio Serra
serraelpidio@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, PR

Resumo: A modernização da agricultura no Brasil, marcada em grande parte pela introdução de culturas temporárias, e sustentada pela transformação da base técnica, foi introduzida no Paraná a partir da década de 1970, de forma gradativa e desigual. Em algumas regiões e mesorregiões, caso da região Norte e de sua mesorregião Noroeste, onde até a década de 1970 predominavam as lavouras cafeeiras, a modernização foi incorporada rapidamente e deixou marcas profundas. Como forma de contribuir para a discussão das recentes trajetórias e transformações no espaço agrário paranaense e das consequências socioeconômicas geradas pelo novo modelo agrícola, são apresentados dados dentro de uma análise conjuntural que indicam um cenário bastante diversificado e influenciado pelo mercado de commodities e política cambial. Por conta das oscilações verificadas na política cambial, processos como o de integração lavoura-pecuária, alternativa ao desenvolvimento regional, bem como o mercado imobiliário de terras, revelaram variações significativas.

Palavras-chave: Modernização da agricultura; impactos socioeconômicos; espaço agrário; *commodities*.

Resumen: La modernización de la agricultura en Brasil, marcada en gran medida por la introducción de cultivos temporales, y sostenida por la transformación de la base técnica, se introdujo en Paraná desde la década de 1970, pero poco a poco y de manera desigual. En algunas regiones y meso si el norte y noroeste, donde hasta la década de 1970 dominaron los campos de café, la modernización se construyó y dejaron marcas profundas rápidamente. La introducción del nuevo modelo agrícola, tomando como referencia el norte de Paraná, con énfasis en el meso del noroeste, es lo que se quiere abordar, como contribución a la discusión de los últimos trayectorias y cambios en el espacio agrario Paraná y consecuencias socioeconómicas generada por el nuevo modelo agrícola, se presentan datos dentro de un análisis coyuntural que indican un escenario bastante diversificado e influenciado por el mercado de commodities y política cambiaria. Por las oscilaciones verificadas en la política cambiaria, procesos como el de integración rural-ganadera, alternativa al desarrollo regional, así como el

mercado imobiliário de terras, revelaram variações significativas.

Palabras clave: Modernización de la Agricultura; impactos socioeconómicos; espacio agrario; commodities.

Abstract: The modernization of agriculture in Brazil, marked largely by the introduction of temporary crops, and sustained by the transformation of the technical base, was introduced in Paraná from the 1970s, but gradually and unevenly. In some regions and meso if the North and Northwest, where until the 1970s dominated the coffee fields, modernization was quickly built and left deep marks. The introduction of new agricultural model, taking as reference the North of Paraná, with emphasis on the meso northwest, is what you want to address as a contribution to the discussion of recent trajectories and changes in Paraná agrarian space and socioeconomic consequences generated by the new agricultural model. Data are presented within a conjuncture analysis that indicate a diversified scenario and influenced by the commodity market and exchange rate policy. Due to the fluctuations in the exchange rate policy, processes such as crop-livestock integration, an alternative to regional development, and the land real estate market, revealed significant variations.

Keywords: Agriculture Modernization; socioeconomic impacts; agrarian space; commodities.

INTRODUÇÃO

Deve ser destacado inicialmente que tanto a região Norte como sua mesorregião Noroeste, tiveram a cafeicultura como primeira forma de uso econômico da terra, atividade que predominou até os anos 1970. Foi em função da atividade cafeeira que se construiu o processo econômico inicial, passando pelo modelo de repartição da terra agrícola, ou seja, a colonização empresarial. Com a crise da agricultura tradicional é que surgem novas formas de produzir, abrindo espaço para a fase da modernização da agricultura, que já estava sendo praticada em outros Estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul - mas ainda não no Paraná, justamente por conta das resistências internas oferecidas pelos tradicionais produtores de café da região Norte paranaense.

A crise da cultura cafeeira na região abre espaço para o desenvolvimento de uma agricultura altamente tecnificada, que predominou nos solos originados da decomposição de rochas basálticas, e para o desenvolvimento de pastagens plantadas voltadas à pecuária de corte, que predominaram nos solos oriundos da formação Arenito Caiuá, atividades que vão alicerçar o aprofundamento das relações capitalista no campo. No Norte do Paraná, o novo modelo se deu em dois processos concomitantes e intrinsecamente relacionados, a partir da década de 1970: a substituição de culturas, que se entende pela entrada das chamadas “culturas modernas”, especialmente com o binômio soja-trigo, em detrimento da cultura cafeeira; e a modernização agrícola, que trata-se, de forma sucinta, da transformação na base técnica, das relações de trabalho e socioeconômicas no contexto agrário. Assim, cabe o entendimento conjunto do desenvolvimento destes dois processos que trarão consequências significativas à conjuntura agrária do Estado. Neste sentido, esta

pesquisa destaca os resultados obtidos a partir da leitura de dados e informações obtidos através de órgãos governamentais como SEAB/DERAL, bem como de responsáveis pela execução do Projeto Arenito Nova Fronteira (Cocamar e EMATER) implantado na região Noroeste conforme destacado ao longo do trabalho.

Para a consecução deste trabalho os procedimentos metodológicos adotados, consistiram na realização de uma revisão bibliográfica, pesquisa exploratória e empírica acerca de tema, levantamento de dados e informações junto a Cooperativa Cocamar, SEAB/DERAL e outros órgãos envolvidos no processo de inserção das lavouras temporárias na região Noroeste do Paraná.

Este trabalho vem assim elucidar algumas questões pertinentes ao processo de inserção de culturas temporárias, soja e milho, em áreas anteriormente destinadas à pastagem, dando destaque ao desenrolar desta recente trajetória e suas decorrentes transformações na região Noroeste do Paraná especialmente através do levantamento e análise de dados relativos ao desempenho destas culturas (soja e milho) na microrregião de Umuarama, situada na mesorregião Noroeste (que abrange 21 municípios). Esta região, após passar por um período de grande crise em seu cenário agrário, voltado principalmente para a pecuária de corte, encontra na entrada das lavouras temporárias em seu espaço geográfico uma possibilidade de revigoração social, econômico e ambiental.

O NOVO MODELO AGRÍCOLA

Foi a partir do desencadeamento de certos fatores, em especial a crise e declínio da cultura cafeeira aliados a interesses do Estado, que a diversificação na pauta de produção agrícola ganhou seu espaço de forma gradativa à época. A partir da constatação de uma conjuntura não mais favorável ao cultivo cafeeiro, foram estabelecidos por parte do Estado, programas de erradicação dos cafezais, como por exemplo, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), criado em 1961. Este programa estabeleceu metas que abrangiam desde a erradicação de cafezais considerados antieconômicos, até o incentivo a diversificação de culturas nas áreas liberadas pela erradicação do café. Assim, se por um lado o governo tinha pressa em diminuir a demanda deste produto – café – por outro lado oferecia estímulos (concretizados especialmente por linhas de créditos específicas –SNCR) inicialmente à pecuária, e posteriormente à introdução da cultura de oleaginosas em rotação com a cultura do trigo.

Ao analisar o processo de substituição da monocultura comercial cafeeira por outras atividades produtivas, entende-se que este processo “efetuou-se em duas etapas distintas, relacionadas ao Plano Diretor do Programa de Racionalização da Cafeicultura, elaborado pelo GERCA” como ressalta Moro (1991, p. 69).

A primeira etapa descrita por Moro (1991) refere-se aos períodos dos anos agrícolas de 1962/63 a 1967/68, nos quais a erradicação oficial de cafeeiros promovida pelo governo foi acompanhada de um programa de diversificação orientado basicamente para a formação de pastagens. Sobretudo na região Noroeste do Estado, com a presença de solos com

textura mais arenosa, houve uma expressiva expansão da área de pastagens a partir destes incentivos, visto que a cultura cafeeira realizada sem maiores cuidados de conservação degradava em um período relativamente curto de tempo, os solos mais friáveis desta região.

Em um segundo momento, o mesmo autor revela – já na segunda etapa do processo de substituição de culturas (final da década de 1960) – o início da substituição das lavouras de café e das lavouras de algodão, em um ritmo cada vez mais acelerado, pela cultura associada de soja e trigo. Nesse contexto, tem-se que a área ocupada pela cafeicultura e pelo algodão, no Estado do Paraná como um todo, foram progressivamente reduzidas, principalmente ao longo da década de 1970, passando então a ceder espaço para as culturas temporárias.

Assim, pode-se dizer que a modificação na pauta de produtos agrícolas do Estado consistiu basicamente em uma redução na área com lavouras permanentes e aumento nas temporárias (região Norte), bem como o aumento de áreas utilizadas para a atividade pecuária, ou seja, pastagens (região Noroeste). No entanto, quando se refere ao Norte do Paraná como um todo, “a alteração mais significativa ocorreu na composição das lavouras temporárias, com a substituição de culturas alimentares básicas por soja e, em menor grau, por trigo” como destaca Martine e Garcia (1987, p. 135).

É importante destacar que tais transformações significaram mais do que uma simples substituição de culturas, porque foram acompanhadas de profundas alterações na base técnica de produção. Culturas como arroz, feijão, milho e mandioca, em que a organização da produção se baseava em técnicas tradicionais, foram substituídas por culturas como soja e trigo, que exigem a adoção integral de tecnologia. Ou seja, a substituição pelas “culturas modernas” (soja-trigo), trazem consigo as condições para a introdução das inovações mecânicas, químicas e biológicas. Essa condição interdependente das variáveis “novas culturas” e “advento das inovações tecnológicas para agricultura”, pode ser compreendida como um verdadeiro pacote tecnológico, visto que essas novas culturas exigem, em todas as fases de seu processo de produção, o incremento de diversos aparatos tecnológicos (maquinários, insumos, etc.).

Desta forma, a conjugação soja-tecnologia tornou-se um fator determinante no sucesso da incorporação destes novos produtos à pauta de produção agrícola, conforme esclarece Fleischfresser (1988), visto que tal produto alia os três grandes interesses capazes de dar impulso ao seu cultivo: o das indústrias produtoras de insumos químicos e mecânicos instaladas no país; o das indústrias processadoras de soja em grão; e o do Estado, por constituir um produto com grande aceitação no mercado externo.

A maior parte das transformações na pauta de produtos do Estado ocorreu concomitantemente à fase de grande impulso na introdução das tecnologias mecânicas e químicas, entre 1970-75. Dentre as cinco principais culturas temporárias em 1970, destacaram-se em termos de área ocupada, o milho (51%) e o feijão (22%). Em 1980, a situação era completamente diferente, com a soja ocupando 34,3% da área, o milho 30,8%, o trigo 18,7% e o feijão 12,6% [...] as participações percentuais indicam que a produção das lavouras temporárias esta sendo cada vez mais dominada por produtos que constituem matéria-prima para as indústrias. (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 135)

(soja-trigo). No entanto, embora em menor escala que nas outras mesorregiões do Norte do Estado, o Norte Novíssimo teve razoável parte de suas áreas liberadas pela cultura do café, ocupadas pelo binômio soja-trigo, sobretudo até meados da década de 1970. Embora se saiba que nesta região a expansão destas culturas temporárias se deu de forma bem mais passageira, logo cedendo espaço, de forma predominante, tanto para as pastagens como para o cultivo da cana-de-açúcar, cítricos, mandioca, dentre outros.

A cultura da soja [no Norte Novíssimo] apresentou uma rápida e expressiva expansão até meados da década de 1970 para, em seguida, entrar em notável e contínuo declínio, atenuando durante a primeira metade da década seguinte. A cultura do trigo, durante os anos 1970, revelou uma expressiva e progressiva expansão, com tendências à atenuação na década seguinte [...] A cultura do milho, durante a década de setenta, aponta uma redução em torno de 46% de área, para em seguida estabilizar-se, enquanto que, a cultura da cana-de-açúcar acusa um lento crescimento no final da década de setenta e, durante o primeiro quinquênio da década seguinte, um rápido e progressivo aumento na sua área de cultivo [...] (MORO, 1991, p. 81)

Vale lembrar que a substituição de culturas com vistas às pastagens na região Noroeste reflete da mesma forma o processo de modernização ocorrido na agricultura paranaense, visto que neste caso as pastagens não eram naturais, mas principalmente plantadas. Para tanto, a região Noroeste também sofreu as consequências deste processo modernizador, dentro de suas especificidades.

Assim, tais consequências verificadas tanto no que se refere à substituição de culturas quanto à inovação na base técnica da produção agrícola, trouxeram atreladas a si profundas mudanças na base socioeconômica, tanto na região Noroeste, quanto no Estado do Paraná em geral.

Em um primeiro momento, tais mudanças se deram no sentido de uma homogeneização do meio rural, característica conferida pelo domínio do capital no campo, principalmente no tocante a disseminação das técnicas de produção, forma de uso do solo e na alteração na base das relações de trabalho. Ou seja, nesse contexto, a “ordem do dia” era a produção agrícola voltada às lavouras temporárias com base em todo um aparato tecnológico composto por maquinários, insumos, adoção de novas técnicas de plantio e colheita, dentre outros, conferindo a região Norte do Estado como um todo, um aspecto aparentemente homogêneo.

A modernização agrícola se dava assim, como uma implícita exigência imposta pelos grandes interessados na disseminação da cadeia interdependente entre culturas modernas, aparato tecnológico e ainda o setor industrial (capital industrial, latifúndio e o Estado), ou seja, aqueles que buscavam difundir o chamado pacote tecnológico. De acordo com Fleischfresser (1988), isso ocorreu porque

[...] após a introdução dessa tecnologia, induzida ou não, há quase uma certa obrigatoriedade de seu uso entre os produtores mercantis, na medida em que os mercados intermediários dos produtos in natura ou beneficiados (agroindústrias, cooperativas, supermercados, setor externo, etc.) passam a exigir que os produtos apresentem certas características de padronização – tamanho, peso e outras – que para serem atingidas,

o produtor necessariamente deverá usar sementes ou mudas selecionadas. Estas, por sua vez, só respondem satisfatoriamente se acompanhadas do uso de outros insumos industriais, como fertilizantes e defensivos químicos – aspectos conhecidos por “pacote tecnológico” implícito a essas inovações. (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 13)

Mas, ao mesmo tempo em que o capital, por meio de seus agentes propagadores, conduz a essa tendência de homogeneização da estrutura produtiva no quadro regional, em uma escala mais específica de análise, também acentua as diferenças sociais e econômicas já existentes entre os produtores rurais. Ainda de acordo com Fleischfresser (1988), esse aprofundamento das diferenças entre os produtores rurais estaria relacionado às características do próprio desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil. Neste sentido entende-se que todo este pacote tecnológico que adentra o cenário agrícola brasileiro nos anos 1970 “e por conseguinte na paranaense, tem como uma de suas características centrais ser excludente em relação a determinados tipos de produtores”. (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 23).

Em especial na região Noroeste do Estado, este processo não foi diferente, e as consequências sentidas por conta do processo de modernização agrícola atingiram de forma mais contundente os pequenos produtores, proprietários ou não. Esta classe, ao ser impossibilitada de se incluir nesta nova fase da agricultura, acaba ficando às margens deste processo modernizador. Para estes pequenos produtores, a alta produção e consequentemente o lucro em escala – componentes advindos da aquisição do pacote tecnológico – constituía-se em uma realidade muito distante diante de suas possibilidades, em termos principalmente de disponibilidade de terras e capital.

Com o intuito de melhor ilustrar tais disparidades no contexto agrário do Noroeste paranaense, Muzilli et al. (1990) analisaram a estrutura agrária e sua evolução na década de 1970, com especial destaque para a microrregião de Umuarama. A partir do levantamento de dados junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em um período que abrange desde a década de 1970 até meados da década de 1980, os autores analisaram vertentes como a estrutura fundiária, condição de posse e uso da terra, além de outras vinculadas às relações de trabalho no campo. No que se refere à estrutura fundiária da microrregião de Umuarama, os autores verificaram que, em conformidade com o restante do Estado, esta apresentou dois movimentos distintos de ocupação de terras: “o de aumento do número de estabelecimentos rurais até 1970 e, posteriormente, o de redução contínua desses estabelecimentos, processo que perdura até os dias atuais”. (MUZILLI et al., 1990, p. 24). A redução do número de estabelecimentos correspondeu a 38% no período entre 1970 e 1985, ocorrendo principalmente no grupo de estabelecimentos menores que 20 hectares, em contrapartida verificou-se a ampliação do número de estabelecimentos com mais de 20 ha e ainda a incorporação de 27.818 ha antes não circunscritos nos estabelecimentos rurais.

Em linhas gerais, entende-se que ocorreu uma transferência progressiva de terras dos estratos menores para os maiores, além da incorporação de novas terras. O resultado foi o aumento do grau de concentração da posse da terra neste período (1970-1985). Quanto à condição de posse da terra, ou seja, a distribuição de terras segundo as diferentes formas

de acesso a esse meio de produção, verificou-se que a maior porção das terras situa-se na categoria de proprietários (categoria esta majoritária em termos de número de estabelecimentos), na medida em que os não-proprietários (arrendatários, parceiros e ocupantes) ocorrem em menor número e abrangem a menor porção de terras.

Conforme esclarece Muzilli et al. (1990), considerando-se o número de estabelecimentos existentes na microrregião de Umuarama, a ocupação inicial de terras se procedeu, em sua maior parte, pela categoria dos não-proprietários, pois os proprietários correspondiam a menos da metade (47,3%) em 1970. Contudo, em termos de participação, a categoria dos proprietários detinha, neste mesmo período, mais de 3/4 das terras (76,5%), já a categoria dos parceiros era a segunda tanto em termos de participação, em número de estabelecimentos, como em extensão de área, seguida dos arrendatários e ocupantes, o que reforçou o caráter de concentração de terras entre proprietários.

A categoria mais afetada pela redução do número de estabelecimentos (redução absoluta de 7.541 estabelecimentos) foi a dos arrendatários, “cuja participação no período 1970-1985 caiu de 16,5% para apenas 2,7%. O mesmo aconteceu com a categoria de ocupantes, que de 9,0% em 1970, caiu para apenas 1,5% em 1985”. (MUZILLI et al., 1990, p. 29). Esta redução repercutiu assim, na acentuação da desigualdade de distribuição de terras, favorecendo apenas as categorias de proprietários, principal beneficiada, e parceiros.

As formas de uso da terra também sofreram modificações como reflexo da redução do número total de estabelecimentos, associada ao processo de concentração de posse da terra, estabelecendo um acentuado rearranjo no conjunto das atividades produtivas no decorrer do período 1970-1980. Foi verificada uma tendência geral de redução da área e do número de estabelecimentos com lavouras permanentes – em especial a cafeicultura – e um aumento da área com pastagens cultivadas, mostrando o avanço da atividade pecuária. O declínio da atividade cafeeira esteve associado à redução dos pequenos estabelecimentos, assim como o avanço da atividade pecuária extensiva esteve associado ao processo de transferência progressiva e incorporação de novas áreas aos demais estabelecimentos rurais.

O uso da terra na microrregião de Umuarama, no início da década de 1970, em termos de número de estabelecimentos rurais, era equilibrado entre as três atividades principais: lavouras temporárias, lavouras permanentes e pastagens cultivadas. Mas com a redução do número de estabelecimentos em 1980, a distribuição alterou-se de forma significativa, sendo que as lavouras temporárias tiveram a sua participação bruscamente reduzida, e em contrapartida as pastagens cultivadas dobraram sua participação em termos de extensão no período 1970-1980, atingindo cerca de 71.633 ha. Assim, ao final da década de 1980, a atividade pecuária passou a representar a principal atividade em termos de área explorada nesta microrregião, sendo que a expansão desta área explorada com pastagens adveio principalmente da ampliação da área explorada e, em um segundo plano, da redução da área com lavouras temporárias.

Ainda a partir da década de 1970 configura-se no Estado do Paraná como um todo, uma sensível redução da população rural e concomitante urbanização. A população urbana tornou-se majoritária, processo esse diretamente associado à reorganização fundiária ocorrida no campo. Contudo, na microrregião de Umuarama, o perfil da distribuição da

população permaneceu caracterizado pela predominância da população rural sobre a urbana, uma vez que 2/3 do total ainda residia no campo. No tocante à migração para outras regiões, verificou-se que esta representou pouco mais de um terço do total de população residente na microrregião em 1970, como reflexo do ocorrido em todo o Estado neste ano.

Ainda na microrregião de Umuarama, ao final do período 1970/1985, a participação da área de lavoura permanente ainda se mantinha praticamente inalterada, e, de acordo com Muzilli et al (1990):

Tal fato induz à hipótese de ter havido no período um acentuado grau de subemprego. Deve-se associar também que a ampliação da área com pecuária, por ser esta uma atividade de baixo emprego de mão-de-obra, contribuiu para retrair as perspectivas de permanência no campo. (MUZILLI et al., 1990, p. 33)

Todo este conjunto de variáveis até então analisadas: a redução do número de estabelecimentos, a redução da área com lavouras permanentes e do regime de parceria, a expansão da pecuária com o conseqüente êxodo rural, no período dos anos 1970, acarretou profundas alterações na ocupação da mão-de-obra e nas relações de trabalho.

A ocupação das terras na microrregião de Umuarama foi essencialmente marcada pelos estabelecimentos familiares, pela expressiva predominância do uso da mão-de-obra familiar e do estrato de pessoal ocupado com menos de cinco pessoas. Mas a redução do número de estabelecimentos com parceiros, do emprego da mão-de-obra familiar e da mão-de-obra empreitada, contraposto pelo aumento da participação do trabalho assalariado (permanente e temporário), revelou uma tendência de alteração das relações de trabalho. Todo esse processo foi regido, como já explanado, pela expansão da pecuária e pelo acréscimo da participação dos maiores estabelecimentos em número e área.

É importante destacar também que, a redução do pessoal ocupado no período 1970/1980, associada à ampliação da área explorada, foi acompanhada não apenas das mudanças nas relações de trabalho, mas ainda das bases técnicas de produção. Tal mudança na base técnica da produção, refletiu em um gradativo processo de substituição da força de trabalho humana pelo trabalho mecanizado (tração animal, mecânica ou ambos). Além de um expressivo aumento no número de estabelecimentos que passou a utilizar tratores e outros implementos, em especial na década de 1970, foi verificado também que

Os estabelecimentos que não detinham meios de produção potencializadores da produtividade do trabalho (animais, tratores) contribuíram expressivamente para o processo de concentração de terras, uma vez que 5.344 destes desapareceram no período. Os que empregavam tração animal reduziram-se em muito pouco, tendo-se elevado expressivamente o número daqueles com emprego de motomecanização. (MUZILLI et al., 1990, p. 36)

A INCORPORAÇÃO DE ÁREAS DE PASTAGENS PELAS LAVOURAS MECANIZADAS – TRAJETÓRIAS RECENTES

As lavouras mecanizadas, tendo como principais representantes a soja e o milho, tem avançado de forma bastante intensa em diversas regiões do país, abrindo fronteiras do ponto de vista agrícola. Partindo desta premissa destacam-se aqui alguns dados relativos ao desempenho destas culturas na microrregião de Umuarama, a qual após passar por um período de grande crise em seu cenário agrário, voltado especialmente para a pecuária de corte, encontra na entrada das lavouras temporárias em seu espaço geográfico uma possibilidade de revigoramento social, econômico e ambiental.

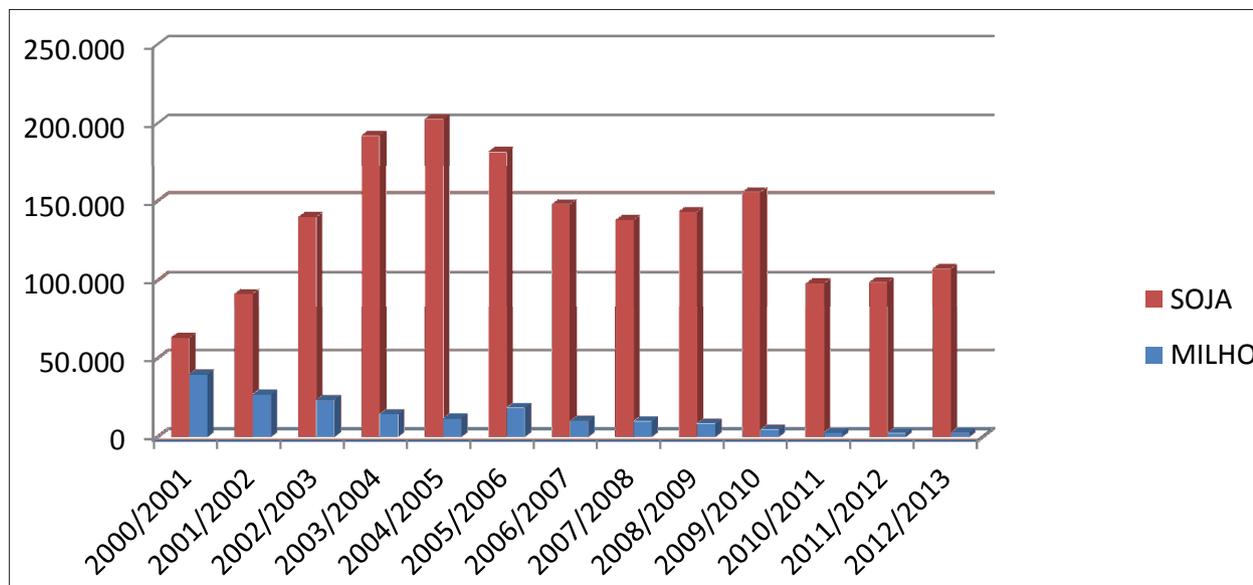
É importante destacar aqui o caráter relativamente recente das atividades agrícolas ligadas às lavouras temporárias na região especialmente quando se trata de um panorama do contexto agrário regional, ou seja, muitas vezes em um balanço geral da área estudada, os números analisados parecerão não refletir com real “intensidade” a mudança no cenário agrícola pela incorporação de terras para o cultivo de grãos na região, visto que as mudanças de caráter mais consistente, no que tange ao cenário agrário, muitas vezes podem se estender por várias décadas. Além disso, é sabido que as lavouras temporárias não entraram, até o momento, na região Noroeste com um caráter puramente substitutivo ou exclusivista, mas sim paralelo à atividade pecuária já tradicional nesta região.

Para o melhor entendimento sobre o desempenho dos cultivos da soja e milho na área foram analisadas três variáveis, sempre considerando as safras relativas ao período entre o ano de 2000 a 2013: área colhida por safras (em hectares), produtividade por safras (medida em quilograma/hectare) e produção por safras (medida em toneladas).

Em termos de “Área Colhida em Hectares por Safras”, na microrregião de Umuarama houve crescimento do cultivo de soja no período entre as safras do ano 2000/2001 até a safra 2004/2005. A partir de um espectro que coloca em foco tais dados disponibilizados atrelados a conjuntura econômica deste período em especial, podemos realizar uma leitura que aponta para a inserção do Projeto Arenito Nova Fronteira (PANF) na microrregião estudada. Este projeto, cujo nome faz menção aos tipos de solos predominantemente encontrados na região Noroeste do Paraná, tipicamente arenosos e provenientes da Formação Arenito Caiuá, foi lançado no ano de 1997 na região Noroeste do Paraná e vigorou até aproximadamente as safras dos anos de 2005/2006. Foi à época capitaneado pela Cocamar (Cooperativa Agroindustrial de Maringá), juntamente com outras parcerias (IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, Syngenta, Universidade Estadual de Maringá e as prefeituras dos municípios envolvidos) e teve como principal diretriz o revigoramento ecológico e econômico-social da região Noroeste, através da entrada das culturas temporárias (soja e milho) em um sistema de integração entre lavoura e pecuária.

Neste sentido, o aumento da área colhida de soja até a safra de 2004/2005 (Gráfico 1) está atrelado ao PANF, que estimulou a entrada deste cultivo na área estudada através do sistema de arrendamentos. Além disso, outro fator estimulante para o aumento da área colhida de soja foi a elevação exorbitante no valor desta *commoditie*, ascendendo até seu ápice no ano de 2004, o mais alto valor em termos de área colhida na microrregião.

Gráfico 1 – Área colhida em hectares por safras (soja e milho)

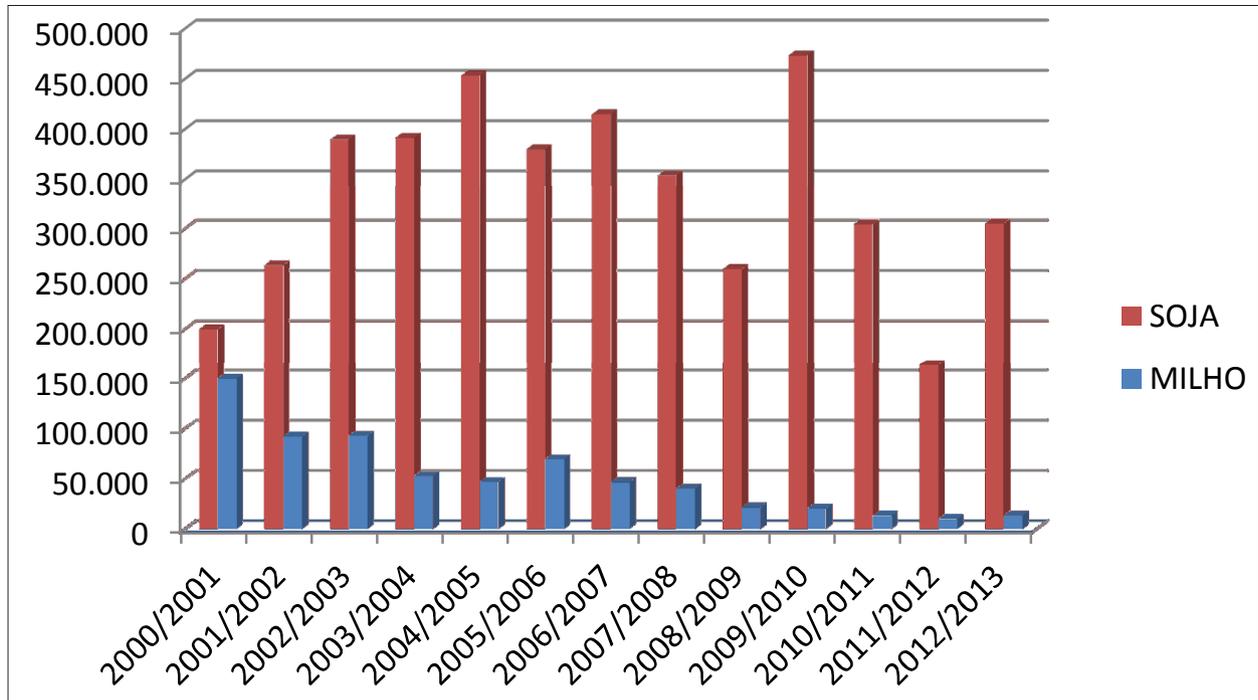


Fonte: adaptado de SEAB - DERAL

Já na fase posterior analisada, a partir da safra 2005/2006 até 2012/2013, verificamos que o cultivo da soja em termos de área colhida teve um considerável declínio, em muito atribuído pela política cambial associada ao sistema de arrendamento estabelecido. Neste contexto, denotamos que no ano de 2004 uma elevação fora dos padrões para o preço da soja (em função da política cambial internacional) estimulou ainda mais os produtores a adentrarem no plantio desta oleaginosa. A partir de contratos de arrendamento firmados com o preço vigente da soja para aquele momento, muitos produtores viram-se impossibilitados de cumprir tais contratos no momento da próxima safra, visto que no ano de 2005 os preços da soja voltam a normalizar. Somado a isto temos uma superprodução desta *commoditie*, resultando assim em desvalorização, não apenas da soja como produto mas também do mercado imobiliário de terras, outrora tão disputado.

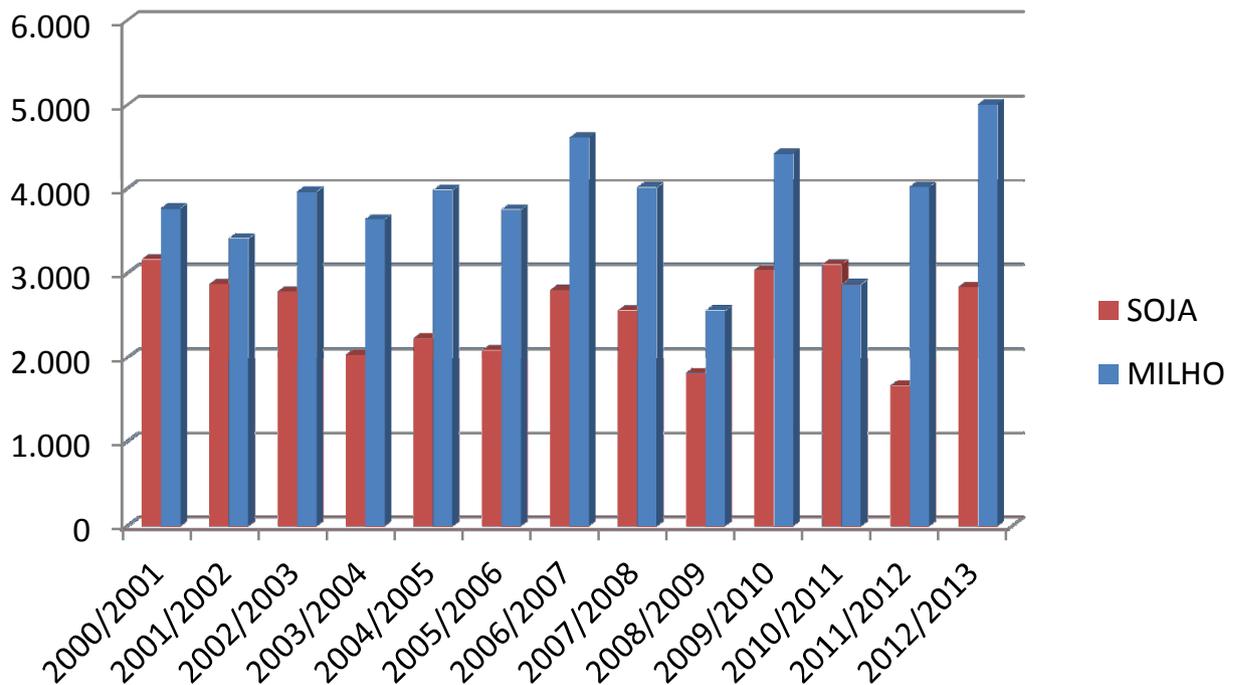
Na contramão deste processo, até as safras de 2004/2005 verificamos a continua derrocada da área colhida de milho, já que este cultivo não se mostrava tão promissor em termos de lucratividade como a soja. Mesmo quando analisamos os gráficos 2 e 3 percebemos que a produção de milho (Gráfico 2) acompanhou o declínio de sua área colhida (Gráfico 1), ainda que, contudo, a sua produtividade (Gráfico 3) se mostre mais proeminente do que a da soja.

Gráfico 2 - Produção (em toneladas) por safras - soja e milho



Fonte: SEAB - DERAL - Umuarama

Gráfico 3 - Produtividade (kg/ha) por safras - soja e milho



Fonte: adaptado de SEAB - DERAL - Umuarama

Quanto a produção de soja para o período analisado (gráfico 2) fica bastante evidente dois períodos de destaque em maior produção, as safras 2004/2005 e 2009/2010, produção esta que pode ser atribuída principalmente em função da política cambial favorável

destes períodos específicos. A partir deste apontamento e de uma análise conjuntural da região estudada, é possível compreender que a soja enquanto produto agrícola na região Noroeste do Paraná não adentrou esta região com um caráter substitutivo em relação a pastagem (atividade tradicional da região desde sua colonização), mas apenas como uma alternativa de renda especialmente em momentos de maior rentabilidade. Este fato fica bastante evidente quando averiguamos em campo que a maior parte dos produtores de soja (arrendatários) da microrregião estudada na realidade são produtores tradicionais de soja da região Oeste do Paraná. Ou seja, estes produtores, pertencentes a uma região já tradicional no plantio desta oleaginosa, ganharam espaço na região Noroeste do Paraná em vista de sua larga experiência com este cultivo, mas não nos esqueçamos que ali o seu vínculo não é definitivo uma vez que se trata de um arrendatário e não proprietário da terra.

Este processo fica ainda mais assertivo a partir da análise do Gráfico 3, que revela a diferença de produtividade (quilograma/hectare) em relação a soja e o milho na microrregião de Umuarama. Nele compreendemos que, mesmo tendo o milho uma produtividade consideravelmente superior a produtividade da soja, esta última apresenta de forma geral maior área colhida e maior produção para o período analisado. Isto ocorre em decorrência do valor de mercado de ambas as *commodities*, sendo o valor da saca da soja bem mais atraente do que o valor da saca do milho, compensando inclusive a diferença de produtividade entre ambas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, compreende-se que a discussão levantada neste trabalho sobre as investidas na região Noroeste do Paraná no tocante a cultivos que adentram esta região com o intuito de revitalizar áreas destinadas a pecuária (atividade tradicional da região) e que se encontram em estado avançado de degradação precisa ser continuamente revisitada, dada a diversidade do cenário agrícola da região bem como sua necessidade de reestruturação e desenvolvimento econômico.

Quanto ao desempenho deste processo de integração entre lavoura e pecuária proposto pelo PANF, é possível analisar que em um primeiro momento este processo teve um considerável avanço, ou seja, as lavouras de soja ganharam seu espaço no cenário regional. Esse momento de relativo sucesso do Projeto, com expansão das lavouras de soja, teve como plano de fundo e principal estímulo a elevação no preço deste cultivo em função da política cambial. Concomitante a isso, a partir da alta no preço da soja, ocorre uma verdadeira corrida pelo arrendamento de terras na região, repercutindo na valorização do mercado imobiliário. No entanto, logo em sequência, novamente em função da política cambial do Governo, ocorre uma queda no preço das *commodities* trazendo como uma das consequências, a inviabilidade de muitos contratos estabelecidos à época da alta do preço da soja. Além disso, neste momento de queda dos preços verificou-se também a retração do mercado imobiliário outrora tão disputado.

Isso nos leva a entender que todo este processo está absolutamente ligado ou ainda influenciado pelo comércio de *commodities* e pela dinâmica do mercado externo, dependentes diretamente da política cambial vigente. Por conta das oscilações verificadas na política cambial, que serve como parâmetro para o preço da soja, o processo de integração lavoura-pecuária tende a avançar ou regredir, bem como o mercado imobiliário de terras se movimenta em função da procura por terras para o plantio de soja.

Com a derrocada do projeto de integração lavoura-pecuária liderado pela Cocamar, a mesma investe atualmente em um novo sistema de rotação de culturas designado integração “lavoura-pecuária-floresta” (ILPF). Nesta nova tentativa de alargar seus horizontes na região Noroeste do Paraná, além da mudança na pauta dos cultivos elencados para o processo de integração (que agora passa a ser não mais apenas a soja, mas também a floresta plantada como complemento do sistema), a Cooperativa coloca como um dos princípios base para o sucesso desta nova fase o desenvolvimento deste projeto diretamente com o proprietário e não mais o arrendatário.

Desta forma, diante deste quadro de incertezas dado pelas diversas variáveis que podem afetar o andamento destas incursões de diversificação de culturas a partir do processo de integração, não se pode afirmar com plena segurança qual rumo tomará o processo.

Assim, dentro de um histórico de diversificação, estes processos de integração de culturas podem ser entendidos como mais uma estratégia adotada pelas Cooperativas visando aumentar sua área de influência e o número de cooperados, o que conseqüentemente gera um maior número de divisas. Além disso, cabe aqui refletir até que ponto se avalia a eficácia destes projetos, quando este se insere no espaço rural, se propondo a realizar o revigoramento das condições ambientais bem como econômicas para determinadas áreas.

REFERÊNCIAS

- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura**. Curitiba: CONCITEC/ IPARDES, 1988.
- FONSECA, Fernanda Perdigão da. **O “Projeto Arenito Nova Fronteira” e o Avanço das Lavouras Temporárias em Terras de Pasto**. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, UEM.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. (Disponível em Cd-rom)
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MORO, Dalton Áureo. **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná**. Rio Claro, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP,
- MUZILLI, Osmar et al. **Conservação do solo em sistemas de produção nas microbacias hidrográficas do arenito Caiuá do Paraná: 1. Clima, solo, estrutura agrária e perfil da produção agropecuária**. Londrina: IAPAR, 1990.

SERRA, Elpídio. **Contribuição ao Estudo do Cooperativismo na Agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá.** Rio Claro, 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP.

Data de submissão: 05/fev./2015

Data de aceite: 29/jan./2019